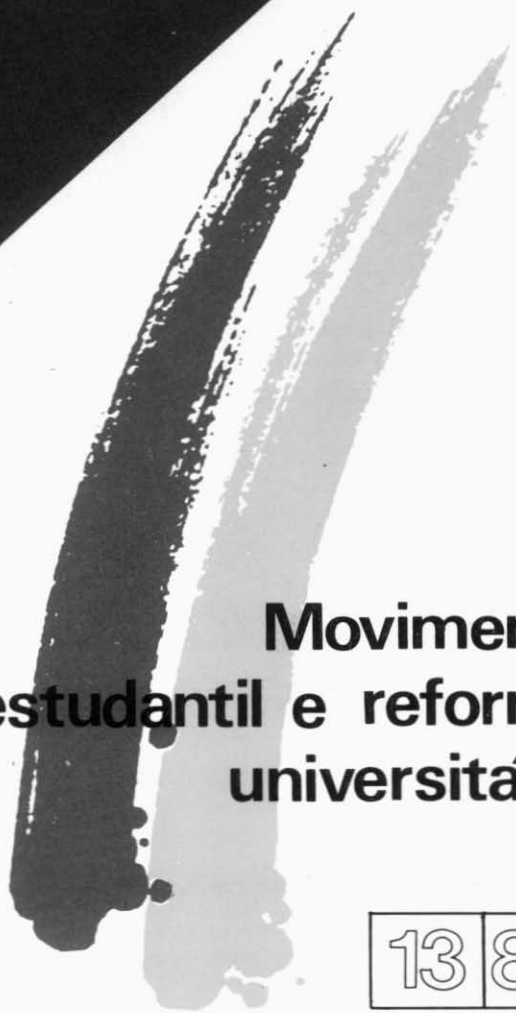


**MEC**



**Movimento  
estudantil e reforma  
universitária**

**13 85**

**Presidente da República Federativa do Brasil**  
**José Sarney**

**Ministro da Educação**  
**Marco Maciel**

# Movimento estudantil e reforma universitária

Ministro Marco Maciel

---

O papel do universitário brasileiro, dada a natureza da sua participação na vida pública, não pode ser diferente do papel de qualquer estudante em qualquer país na busca de soluções para o desafio de cada geração, para os obstáculos de cada época. Se a função do estudante é significativa nas sociedades desenvolvidas, pois é da continuidade da participação política dos cidadãos que depende a vitalidade do organismo político e da vida social, muito mais relevante se torna esse papel quando se trata dos países em desenvolvimento. A contribuição do movimento estudantil não se situa apenas no campo das idéias, mas também no da atuação prática. Nele o estudante toma consciência de que deve conjugar a reflexão crítica e a ação, como forma de se preparar não só para a vida profissional, mas sobretudo para o exercício ativo e participante da cidadania. E principalmente faz parte da

preparação da cidadania a ação política, que pressupõe o confronto das idéias, das crenças e das convicções individuais.

Nos países em desenvolvimento, a esta função vital do movimento estudantil deve-se somar uma circunstância muito peculiar: os que têm acesso à universidade fazem parte, necessariamente, daquela parcela que termina construindo um corpo privilegiado da sociedade destinado quase sempre ao exercício do poder, compondo o que os cientistas políticos denominam de "elite política". Exatamente por isso as tarefas dessa elite adquirem dupla realidade social: a discussão e a reflexão crítica dos nossos problemas e desafios e, paralelamente, a luta, de forma prática e objetiva, com os instrumentos a seu alcance, pelo exercício de um papel de liderança no processo de mudanças e transformações da evolução histórica da humanidade.

No Brasil, esse papel ativo de liderança foi tradicionalmente exercido pelos estudantes, em geral, e pelos universitários, em particular, antes mesmo da institucionalização do movimento estudantil em suas entidades representativas, de que a UNE foi sempre a maior expressão. Não há necessidade de referir-se à contribuição que representou, em diferentes momentos de nossa curta mas densa evolução histórica, a participação de estudantes brasileiros em etapas decisivas como a Abolição, a República, a Campanha Civilista e, virtualmente, todas as grandes questões cívicas e políticas que precederam a organização de sua liderança. O fato é que a participação que torna aberto e democrático o processo de decisão política foi sempre uma das mais persistentes características do movimento estudantil brasileiro, especialmente depois da organização da União Nacional dos Estudantes. As uniões estaduais dos

estudantes, os DCEs e a própria UNE suprimiram uma importante função política no País. Não só com o papel ativo de liderança, ao lado de outras instituições representativas da sociedade brasileira, mas como verdadeiras escolas de formação cívica de líderes que tiveram presença ativa e atuação marcante no processo político ao longo dos últimos 40 anos.

## **O exercício de uma ativa liderança**

Participante desse processo, como dirigente estudantil, posso testemunhar o quanto foi útil para minha vida pública o período de formação acadêmica de minha geração. Testemunho que tive a grata oportunidade de registrar de viva voz no recente Congresso da UNE, em São Paulo, até mesmo porque a investidura no cargo de Ministro não alterou as minhas convicções sobre a importância da participação estudantil. E a presença do Ministro da Educação naquele ato representou, sobretudo, o reconhecimento da relevância da prática democrática que é a manutenção do diálogo permanente entre a sociedade civil, suas instituições representativas e os titulares eventuais do poder político da Nação.

Hoje, o movimento estudantil retoma a sua caminhada e volta a exercer o seu papel na vida pública brasileira. E é esta a ocasião de salientar que o pluralismo é fundamental para que a UNE e as demais entidades estudantis cumpram o seu papel. É, porém, indispensável que na disputa democrática pela direção dos órgãos de representação estudantil e na própria militância

política dos estudantes sejam assegurados os padrões da prática democrática que implicam a convivência pacífica e fraterna dos contrários. A divergência, que é sempre conflituosa, não pode implicar nem a supressão das idéias, nem a destruição dos adversários em conflito. Só a livre expressão e o livre debate das idéias vitalizam o processo político. E isso, que foi sempre a prática política do movimento estudantil brasileiro, deve ser preservado.

Os desafios e as tarefas a serem cumpridos pelos movimentos sociais que constituem a comunidade universitária brasileira são por demais importantes para que sejam sopitados, superados ou sufocados pelo interesse partidário ou de facções políticas, por mais legítimas e representativas que elas possam ser. Antes de preservar os interesses, é preciso preservar os princípios, sem os quais os interesses não sobrevivem. E esta é a tarefa histórica e ao mesmo tempo o maior desafio que o movimento estudantil brasileiro vai enfrentar, a partir deste momento crucial de sua organização.

O Ministério da Educação da Nova República, que abriu as suas portas a todas as iniciativas do entendimento com a sociedade, entende que a UNE tem um papel a cumprir, mas que só poderá fazê-lo à medida que mantiver, na práxis de sua atuação, os valores imperecíveis, com fundamento nos quais foi fundada a se desenvolver no exercício de uma ativa liderança. As responsabilidades de que se investem os seus dirigentes, a partir da restauração democrática, conquista política de todo o País, se amplia à medida que as desafiadoras tarefas a serem cumpridas daqui por diante impõem necessariamente o reconhecimento de que em toda caminhada há sempre êxitos e derrotas, avanços e

recuos. Só o que não pode haver é interrupção da linha ascendente em busca da evolução, das mudanças, que podem ser sufocadas por toda e qualquer forma de facciosismo, a pior das manifestações do autoritarismo contemporâneo.

## **Nova política para a educação superior brasileira**

Isso se torna mais necessário quando se sabe que nos apresentamos para discutir, graças à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, os problemas do País em toda a sua extensão e em toda a sua profundidade.

Uma das questões mais agudas dentro deste quadro, sem a menor dúvida, é a questão universitária, objeto da preocupação do Governo da Nova República, que, por recomendação contida em discurso-programa do Presidente Tancredo Neves, constituiu uma comissão de alto nível, incumbida de oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira. Essa decisão política se fundamenta na magnitude e gravidade dos problemas da universidade, problemas notórios, que já vêm, desde alguns anos, se configurando como fonte de grande inquietação, geradora de insatisfações e discórdias sem conta, tornando-se, por isso mesmo, objeto das mais diversas análises, debates e discussões, quer no âmbito universitário, quer no plano institucional propriamente dito.

A comissão de alto nível, constituída de representantes dos mais diferentes segmentos da sociedade, está aberta a receber sugestões e espera

oferecer seu relatório final antes do fim do ano, para que ele possa ser discutido e posteriormente encaminhado ao Presidente José Sarney, que por sua vez o remeterá à consideração do Congresso Nacional, para que suas conclusões se convertam em emanações legislativas.

Esta, evidentemente, é uma questão que interessa ao País como um todo, de maneira sistemática e orgânica, e de modo algum pode ser considerada restrita a um segmento social e profissional, a um compartimento estanque ou privilegiado da sociedade. Por esse motivo, o Governo entende como legítimas a discussão e as postulações relativas ao próprio modelo universitário que temos que adotar na obra de restauração democrática que empreendemos. Uma e outra, no entanto, não podem dissociar-se de duas condições necessárias e fundamentais à própria sobrevivência da universidade como instituição livre e fundamentalmente comprometida com os seus fundamentos filosóficos. A primeira é de que ambas não podem se dar à margem da lei, acima da lei ou a despeito da lei. O segundo e vital condicionamento é que nem a discussão e nem postulações — legítimas e indispensáveis para a própria renovação material e intelectual de todos os aspectos didáticos e pedagógicos do ensino em todos os níveis — podem preterir os compromissos de excelência com a valorização do mérito e com a democratização em todos os níveis, em busca de melhor padrão de formação humanística que sejamos capazes de proporcionar, indistintamente, a todos os seus agentes.

O engajamento com a universidade e com o seu meio deve percorrer os caminhos largos e promissores de um comprometimento sem preconceitos com as carências e aspirações de toda



a sociedade, e não apenas com parte dela.

Os instrumentos para se atingir esse desejável objetivo, que só enriquece a experiência universitária, tornando-a mais combatente e menos compassiva com as injustiças, estão inegavelmente ao seu alcance, tanto através das atividades de extensão que não podem ser desenvolvidas apenas em proveito de seus próprios agentes — professores, técnicos, pessoal administrativo e alunos —, mas em benefício de toda a comunidade, quanto por um crescente aprimoramento da pesquisa em todas as suas finalidades, de que há tantos e tão promissores resultados na experiência universitária brasileira. Tão importante quanto essas duas vias, parece-me a necessidade de devotarmos todos — Governo, comunidade acadêmica e a própria sociedade — ao esforço de buscarmos o constante, o indispensável e o imperioso dever de nos comprometermos com a elevação dos padrões educacionais do País, em todos os níveis, em todas as esferas e em todas as circunstâncias.

## **Universidade: mais atuante e menos passiva**

A participação de todos os segmentos e todos os agentes que compõem a comunidade universitária é, sem dúvida, indispensável para a democratização das praxes e dos métodos vigentes na órbita da universidade. Mas isto não justifica que, baseando-se na pretensão do saber e do domínio do conhecimento, a que ainda não tem acesso a maioria dos brasileiros, se pretenda transformar a universidade numa instituição autárquica e corporativa, inteiramente dissociada

do meio em que se insere e da sociedade a que deve servir. Estamos todos, Governo e universidade, submetidos indistintamente à mecânica inflexível do nosso ordenamento jurídico. Só sob o império desse primado poderemos contribuir para a evolução pacífica de nossas instituições e de nossa organização jurídica, de nossa estrutura política e de nossos padrões de desempenho econômico e de garantias sociais. Os nossos compromissos comuns não são incompatíveis, nem conflitantes entre si. Os agentes políticos do Governo têm um compromisso fundamental com o pluralismo, porque sem ele não será possível organizar a liberdade, para que a verdade prevaleça como único e obstinado fim a que deve visar a ciência, o saber e o conhecimento, esteios, fundamentos e alicerces sobre os quais cabe erigir e manter as instituições de ensino superior. É preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre discussão e livre convicção, sem dúvida, o seu maior patrimônio. É preciso que a universidade, ao lado da sua tríplice missão de ministrar o ensino, realizar a pesquisa e promover a extensão, também não abdique do seu relevante papel de ser o centro de reflexão crítica dos problemas do País e da realidade cultural que a cerca.

## **O que se espera da UNE**

Esperamos, pois, que como consequência do debate que em todo o País se realiza sobre a universidade e o seu papel, possa a UNE oferecer subsídios com vistas ao adequado esclarecimento da questão, encaminhando à comissão de alto

nível, que tem o objetivo de propor ao Governo e ao Congresso Nacional, sugestões que sirvam à realização da desejada reforma universitária de nossa pátria.

Acredito que o movimento estudantil brasileiro, através da UNE, que hoje renasce para cumprir o papel que lhe foi reservado por um notável patrimônio de atividades em que o interesse nacional foi sempre o principal móvel de sua atuação e de seus êxitos, venha mais uma vez prestar sua contribuição ao País e suas instituições, de sorte que nós possamos, por este caminho, consolidar as instituições democráticas e construir uma política de desenvolvimento que esteja atenta ao que o homem necessita – bem-estar social.

---

**Artigo do Ministro Marco Maciel publicado em 4/9/85**



### **Série MEC/85**

- 1 – Governo, imprensa e educação
- 2 – Nova universidade
- 3 – Educação, liberdade e liberalismo
- 4 – Extensão universitária
- 5 – Uma política para os jovens
- 6 – Educação para Todos
- 7 – Novos tempos para a educação
- 8 – Prioridade para o ensino básico
- 9 – Ciência e democracia
- 10 – Liberdade de ensino
- 11 – Lei Áurea da educação
- 12 – Política do livro didático



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9.º andar  
Fones: 223-2209 – 223-9297

